
Parque da Mangueira e Ilha das Cobras - a ciranda da territorialidade na cultura tradicional em Paraty¹

Mírian do Nascimento MACHADO²
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

RESUMO

Na ciranda da territorialidade cultural dos bairros da Ilha das Cobras e Parque da Mangueira em Paraty, a partir do contexto histórico de cidade e da constituição dos bairros. A partir desse contexto, observar a presença e ou ausência de expressões contemporâneas da cultura tradicional. Tendo como objetivo: iniciar um processo de identificação da existência de uma comunidade tradicional na dicotomia do imaginário: urbano e rural. A partir da metodologia do ator rede de Bruno Latour e de estudos que repensam as relações entre o ser humano e a terra que habita.

PALAVRAS-CHAVE: cultura; territorialidade; cidade; Paraty.

CORPO DO TEXTO

O artigo pretende dar início ao processo de interpretação da “presença” ou “presença não representativa” de referenciais que possam identificar representação culturais, contextualizada das suas matrizes em comunidades tradicionais caiçaras do município de Paraty, nos bairros da Ilha das Cobras e do Parque da Mangueira. E a partir de tal contexto ponderar a existência de uma territorialidade que tenha expressões rotineira de uma comunidade tradicional caiçara, que tenha como interface aspectos urbanos, no contexto de uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro com população de 45.243 pessoas (IBGE 2022)³.

O tema desse artigo está situado em Paraty, um município que fica no sul do Estado do Rio de Janeiro, retratando especificamente nesse contexto, uma faixa territorial

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação Social - UERJ, email: mirian.n.machado@gmail.com

³ Site IBGE: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/paraty.html>

que compõem dois bairros do perímetro urbano, nominados: Ilha das Cobras e Parque da Mangueira, como citados acima.

Para uma breve contextualização dos bairros, primeiro indico como os nominamos verbalmente no dia a dia da cidade: Ilha e Mangueira, e por vezes também irei fazê-lo por expressão da territorialidade local. Sendo assim, o bairro da Ilha se originou em 1970 com a vinda de muitas famílias da extensa zona costeiras da cidade, a partir de um forte processo de empobrecimento e busca por qualidade de vida dessas pessoas. Já em meados da década de 70 subindo o bairro da Ilha outra área também começa a ser povoada e ali se constitui a Mangueira, sendo nominada por conta de ter pertencido a uma área de fazenda que a fazia ter muitos pés da fruta, e sendo ocupada por moradores da costeira, zona rural e por muitos trabalhadores da BR101. Ainda hoje, na área central do bairro, temos uma grande mangueira que se espreme entre as casas do bairro.

Historicamente o bairro da Mangueira é o mais populoso da cidade, hoje apesar de não termos fonte oficiais estima-se que tenha uma população de 7000 pessoas e que a Ilha tenha 2000. Esses que eram bairros comuns aos outros da cidade, com o seu adensamento e ausência de políticas públicas, a pauperização dessa população e em paralelo da representação estética dos bairros também. Paraty, apesar de ser a última cidade no sul do estado, também sofreu refrações com a tentativa de retirada das facções da capital do estado. Hoje as facções criminosas influenciam as altas taxas de influência no município e mesmo a sua alta taxa de homicídio da população juvenil.

Paraty tem na sua recente linha do tempo, o seu primeiro título estadual pelo SPHAN recebido em 1945, pelo seu conjunto arquitetônico no centro histórico, já em 2019 recebe o título de patrimônio mundial por sua cultura e biodiversidade pela UNESCO. Parto do princípio de que esses títulos não definem a cidade, mas são constituintes da sua contemporaneidade e por isso influenciam os seus fluxos constituintes e constituídos pela cidade.

A Unesco, instituição que rege uma das titularidades citada acima, define o patrimônio cultural imaterial como o conjunto de usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades reconhecem como parte integrante de seu modo de vida. Esse patrimônio pode incluir tradições orais, artes performáticas, práticas sociais, rituais, eventos festivos, conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo ou conhecimentos e habilidades para a produção de ofícios tradicionais.

A identificação de um fluxo cartográfico de representações dos saberes e fazeres da cultura tradicional, pode ser uma importante ferramenta de comunicação da sua presença para a comunidade local, e conseqüentemente do seu fortalecimento. Pois identificar tais elementos também significa de forma colaborativa, construir perspectivas responsivas ao dia a dia e demandas dos agentes para que fortaleçam suas narrativas. A iniciativa também ajuda a preservação da memória coletiva.

Ao que cabe acrescentar, as oportunidades que se apresentam ao considerar o patrimônio cultural para além da sua dimensão econômica, mercadológica e turística, mas que também valorizar e difundir saberes e fazeres tradicionais pode, além do reconhecimento a apropriação dos seus já detentores, a partir da sua valorização.

Supondo que explicitar tal territorialidade, também significa ampliar oportunidades através da visibilidade para o fortalecimento de áreas degradadas, diante dessa constituição de cidade e progressivamente fortalecer a sua salvaguarda, transmissão e difusão.

Na concepção de que o urbano, a cidade, é o palco das mudanças geradas pela razão e desenvolvimento através da sociedade e que o rural é a espacialidade do poder tradicional que se expressa através da natureza, da espontaneidade e mesmo da família (MORELATO 2021⁴), concepção essa que representa ambas as realidades sociais, como se fossem descontínuas e opostas: campo x cidade.

Essa lógica também geriu a nossa constituição de país, sob a condição histórica de colonizado com relação ao mundo, e foi socialmente muito comunicado em 1920 com industrialização crescente e a migração para centros urbanos em alta no Brasil. Esse ainda é um senso comum que permanece muito presente na sociedade atual. O mesmo pensamento que na época desenvolvimentista nomeava os tipos locais como os entraves para a interlocução com o mundo e desenvolvimento nacional. As nomenclaturas de caipira, caiçara, sertanejo e outros que relacionam o sujeito com a sua inserção geográfica.

Talvez aqui, possamos identificar que o sentimento de desvalorização da população local de Paraty tinha por si mesma, frente aos visitantes ou daqueles moradores que vinham de outros lugares, não retrata equivocada somente daqueles que aqui estavam, mas isso compunha uma lógica de progresso que a das décadas de 50 e 60 exaltou. Lógica

⁴ Rodrigo Rossi Morelato Agricultura da Cidade: comunicando a ruralidade - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM-UERJ) 2021.

essa que estava atrelada a abertura da estrada Paraty Cunha, que foi aberta nesse período e inicia a vinda de visitantes para a cidade.

Diferentemente de hoje, é perceptível a partir da ressignificação que a cidade geriu e foi gerida, talvez articulado ao turismo que encontrava cenários, festas e festivais a partir dos anos 2000. No qual o pertencimento através da nomenclatura: caiçara, volta a ser usada com uma atitude de orgulho e respeito ao pertencimento local, principalmente pela população mais jovem.

Importante compreender esse contexto histórico de mundo e país, pois me autoavalio nesse processo epistemológico e de diálogo pessoal com o conteúdo, essa prospecção me faz ter um olhar menos recriminatório para com quem estava por aqui naquele então, sendo visitantes e moradores e que foram os sujeitos dessa cultura do menosprezo não somente local, que até os dias de hoje nos sabota e colabora com a construção de um senso de inferioridade a partir da nossa identidade caiçara. E fatalmente a replicamos entre os pares, subjungando aqueles que estavam nas costeiras ou zona rural da cidade, ou até mesmo com cidades vizinhas, como Angra dos Reis e Ubatuba.

Quando pergunto, se os bairros da Ilha das Cobras e da Mangueira podem ser definidos como uma comunidades tradicionais em território urbano, estou praticando esse mesmo pensamento inverso? Digo que não, e exatamente pela sua localização, que a sua identidade territorial é desqualificada. Já que no imaginário local essa é uma condição cultural, factível somente em áreas longínquas, sejam da costeira ou da zona rural. Definindo que seja uma questão geográfica e o difícil acesso, seja uma salvaguarda na concepção purista dessa existência.

Essa concepção territorialista, não considera nem mesmo os diversos territórios existentes e suas práticas diárias, pois os saberes e fazeres são distintos e de diversas expressões. Estar situado em um meio urbano traz claramente uma gama de especificidades, de rotinas e de saberes necessário para a permanência dessa existência. A pergunta que me faço é, quais delas são existenciais para determinação de uma comunidade tradicional caiçara, que vive a realidade no ano em que estamos 2024, que sem dúvidas é bem distinta da dos meus avós, que vinham do Sucuri até a rua da praia remando em canoa com 05 filhos no fundo dela.

Não podemos perder de vista a dinâmica atual de um mundo conectado, e da existência humana e não humana interligada.

Levando em consideração que a constituição do bairro da Ilha das Cobras, que é anterior ao do Parque da Mangueira, pois tem a sua espacialidade próxima ao caminho do mar que as canoas circulavam, entre os dois pontos com maior circulação da cidade: Centro Histórico e a baía do Paraty Mirim que com o seu mar calmo, foi umas das áreas mais ocupadas desde o início da cidade até a década de 80, levando em consideração que nesse período a população rural era representativamente maior que a da população urbana no município. Dados esses, que contribui com a leitura e perspectiva de cidade, constituinte desse contexto histórico, e que pode ser identificado com mais propriedade em capítulo anterior.

Nesse contexto de urbano e direcionada para a nossa atualidade, e de como esse contexto anterior me possibilita olhar para a realidade e pensar um pouco sobre a periferização desses bairros.

Porque digo periferização e não periferia e /ou periféricos? Explico. Nessa concepção, pensamos em centros urbanos, a periferia no contraste centro / bairro. O centro como centralidade da experiência social e periferia como borda, como os bairros distantes. Mas em outros territórios fora do contexto urbano, periferia não é necessariamente esse lugar fora do contexto urbano.

Em Paraty, por exemplo, os bairros e os condomínios mais ricos estão nas bordas, nos extremos da cidade pois os mais empobrecidos, aqueles ocupados por paratienses desde o início da cidade, estão ao redor do centro histórico. Por isso é preciso considerar que periferia tem um contexto geográfico, mas também tem um contexto ideológico, político racializados, que leva em conta os sujeitos locais.

A partir do pensamento que os territórios periferizados não tem uma relação com o deslocamento, com a saída do urbano. Para além desse contexto geográfico, também compõem esse termo contrapontos ideológicos, políticos, econômico e mesmo racializados no contexto do Brasil. Já que no nosso país, territórios não brancos são empobrecidos.

Esse é um contexto interessante, para se pensar alguns dados da cidade hoje, e para contribuir com a narrativa da minha leitura de cidade. No site do IBGE os dados de 2022 é que a população que reside na cidade é de 45.243 pessoas. Contudo não temos dados com relação a racialidade. No nosso contexto de cidade historicamente fomos povoados por 02 quilombos (Campinho e Cabral). Antes da origem da cidade, tínhamos as etnias Guaianás e Paratianos, hoje temos 02 aldeias guaranis com áreas demarcadas

pela FUNAI e dois assentamentos: Guarani e Pataxó. Também tivemos na nossa origem uma migração portuguesa muito intensa em toda a nossa costeira. E posteriormente, com a chegada da Rio Santos na década de 70, tivemos tantas outras migrações e interlocuções com o mundo. O que evidencia um colorismo muito evidente, quando nos olhamos.

Nessa leitura compreendo que a racialidade é subjugada a dos tipos locais, nesse caso os caiçaras, e numa performance desses corpos, em que andar nas pedras das encostas ou no pé de moleque do centro histórico tinha e tem significados, de maior ou menor acesso e influência.

Acredito ser importante essas interlocuções porque elas não nos dão repostas, mas a partir delas podemos olhar para os corpos que ocupam os bairros da Ilha das Cobras e Parque da Mangueira e que torna possível entender aquele espaço.

Talvez aqui, eu me conecte ao ponto, que me faz ser possível retomar todas essas ideias e seguir para uma que me povoaram a mente nessa trajetória.

Não existe um futuro sem um passado elaborado, não é possível pensar em uma mudança territorial sem imaginar políticas públicas efetivas sem entender como esses espaços funcionam, significa reconhecer, legitimar e valorizar suas experiências de origem. Muitos dos hábitos dos moradores desses bairros estão conectados com traços e hábitos do local de origem.

Eu cresci em uma rua na Mangueira que tinha muitas casas e ou quartos para alugar, e por isso, pude observar muito de perto esse caminho de chegada na cidade, desde muito pequena. Não entendia muito bem de onde aquelas pessoas vinham, ouvia constantemente que vinham do mar. Também observava que bastava um membro da família chegar, muito rapidamente chegavam outros e outros.

E nessa ciranda, os hábitos já presentes, sistematicamente alimentados por aqueles que chegavam dando forma ao funcionamento daqueles bairros, de acordos com os seus lugares de origem. Olhar para esse lugar e pensar sobre ele, me sugere ainda mais perguntas: Quais são as origens de deslocamento na Ilha e na Mangueira? Na sua constituição de bairro e hoje? Onde o letramento sobre esses bairros pode nos levar, para uma concepção de sujeitos e de cidade? A partir dessa narrativas quantas outras seriam possíveis? Já que uma experiência pode ter várias versões sobre si mesma.

Certamente são essas perguntas e tantas outras que me move e que me implica com toda a territorialidade presente nesse território, e a possibilidade do não, sim ou

talvez citadas por Latour, faz com que esse mistério, também citado por ele seja ainda mais atraente.

REFERÊNCIAS

- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Apagar os rastros, recolher os restos**. In: SEDLMAYER, S.;
- GINZBURG, J. (orgs.). **Walter Benjamin: rastro, aura e história**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- GINZBURG, Jaime. **A interpretação do rastro em Walter Benjamin**. In: SEDLMAYER, S.
- HARAWAY, Donna. **Seguir con el problema**. Barcelona: Consonni, 2020.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- FREIRE, Zezito. **Crônicas de Paraty**. Rio de Janeiro: Imprensa Velha Lapa, 1998
- FREIRE, Zezito. **Paraty no Século XX**. Rio de Janeiro: Caravansarai Editora, 2012
- KLÉBER, José. **Praia do Sono: Poesia**. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1990.
- MAIA, Thereza; MAIA, Tom. **Paraty: Encantos & Malassombras**. Guaratinguetá: Editora dos Autores, 2005
- MAIA, Thereza; MAIA, Tom. **Paraty Para Ti: Guia Cultural**. Lorena: Stiliano Editora, 2000
- MAIA, Thereza. **Paraty: Religião e Folclore**. São Paulo: Editora Nacional, 1974
- MELLO, Diuner. **Festa do Divino Espírito Santo em Paraty: Manual do Festeiro**. São Paulo: Editora Estímulo, 2003.
- MELLO, Diuner. **Paraty Estudante**. Guaratinguetá: Frei Galvão Gráfica e Editora, 2006.
- MELLO, Diuner; RAMECK, Maria José S. **Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty: Séculos XVIII, XIX e XX - Volume 2**. Paraty: Fahl e Moreira Gráfica e Editora de Paraty LTDA, 2011.
- MORELATO Rodrigo. **Agricultura da Cidade: comunicando a ruralidade**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM-UERJ) 2021
- SOUZA, Marina de Mello e. **Parati: a Cidade e as Festas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994

